



Pontifícia
Universidade
Católica do
Rio de Janeiro

Felipe Gouvêa Benetti

**Cortes da USAID: Impactos na crise humanitária de
refugiados no Sudeste Asiático**

Trabalho de conclusão de curso

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Instituto de Relações
Internacionais da Pontifícia Universidade
Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)
como requisito parcial para obtenção do
título de bacharel em Relações
Internacionais.

Orientadora: Paula Drumond

Rio de Janeiro

Dezembro de 2025

Agradecimentos

Esse é o momento que nunca imaginei que ia chegar no meu ciclo universitário, deixei para escrever por último pois representa o fim de um incrível ciclo.

Agradeço à minha mãe, Claudia, que, independente do que aconteça, está e estará sempre ao meu lado, me apoiando, torcendo por mim e cada dia me empurrando para ser uma pessoa melhor.

À minha avó, Solange, tia, Luciana e avó de consideração, Ana Maria, por me acompanharem ao longo dos anos, me dando todo tipo de suporte.

Ao meu pai, Mauro, e irmãos, Maurinho, Mariana e Mateus, por serem essenciais na formação de quem sou hoje, sempre ao meu lado me fazendo rir.

Gostaria de reservar um espaço para demonstrar minha gratidão à minha orientadora, Paula Drumond, por tão cuidadosamente me guiar durante a realização deste TCC. Também à professora Monica Herz, que tomou parte de seu tempo para ser a Segunda Leitora, além de ter acendido, em uma de suas aulas, minha inspiração para a escolha do tema.

À Mercedes, que me encontrou no mundo durante meu intercâmbio e desde então não nos descolamos, muito obrigado por ser, sobretudo, a melhor amiga que eu poderia ter.

Agradeço a todos os fortes laços de amizade que construí, Tales, Gaio, Carol, Ricardo, os momentos que passamos juntos formam parte das minhas memórias mais preciosas. Estendo meus agradecimentos a todos que conheci e me aproximei jogando handebol e torcendo pela Lhama, não teria sido o mesmo sem vocês.

E por último, mas o mais importante; Vô, eu não poderia esquecer de você. Isso tudo é por você. Nunca te tiro da cabeça, a saudade é eterna, o carinho também. Sei que o senhor me assiste aí de cima e comemora todas as minhas conquistas comigo. Eu te amo mais que tudo no mundo. Obrigado!

Resumo

Gouvêa Benetti, Felipe. **Cortes da USAID: Impactos na crise humanitária de refugiados no Sudeste Asiático**. Rio de Janeiro, 2025. Trabalho de conclusão de curso – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Em 2025, a USAID realizou cortes em seu orçamento que afetaram em larga escala a cadeia de assistência humanitária mundial. Dentre as regiões afetadas, o Sudeste Asiático, que já passava por suas crises humanitárias particulares, foi fortemente afetado e países como Mianmar e Tailândia tiveram suas fraquezas mais expostas que nunca. O estudo sobre os impactos específicos sofridos por esses países é de suma importância para gerar conscientização sobre como as instituições que trabalham ativamente com ajuda humanitária em tais regiões tiveram suas operações limitadas e, principalmente, o que as populações afetadas vem sofrendo no dia a dia.

Palavras-chave

USAID; Sudeste Asiático; cortes; refugiados; impactos

Sumário

Lista de figuras	4
1. Introdução	5
2. Importância da USAID e assistência pré-cortes	7
3. Análise de contexto: A crise humanitária no Mianmar e seus reflexos na Tailândia	11
4. A USAID e seu histórico no Mianmar e na Tailândia	18
5. Cortes de Trump na USAID: Consequências para a ajuda humanitária e para o Sudeste Asiático	20
5.1. Impacto na estrutura e reputação da USAID	23
5.2. Impactos no Sudeste Asiático	25
6. Impactos específicos: Mianmar e Tailândia	28
7. Recomendações	37
8. Conclusão	41
9. Referências Bibliográficas	42

Lista de figuras

Figura 1 - Mapa de Mianmar

12

1. Introdução

As crises humanitárias contemporâneas desafiam não apenas as fronteiras nacionais, mas também os limites da solidariedade internacional. No Sudeste Asiático, a persistência de conflitos armados, repressões políticas e desastres naturais tem produzido fluxos contínuos de deslocamentos forçados. Nesse contexto, destaca-se o caso de Mianmar. Desde o golpe militar de 2021, o país passou a viver um processo de agravamento da violência política e da perseguição a minorias étnicas. Os Rohingya, que já figuram como uma das populações mais vulneráveis do planeta, são particularmente afetados por uma longa história de exclusão e violência sistemática. Desde a década de 1970, essa minoria muçulmana enfrenta sucessivas ondas de perseguição, marcadas por negação de cidadania, restrições severas à mobilidade, detenções arbitrárias e episódios de limpeza étnica no estado de Rakhine, na costa oeste de Mianmar. O auge dessa repressão ocorreu em 2017, quando operações militares conduzidas sob o pretexto de “segurança nacional” resultaram na destruição de centenas de vilarejos e na fuga de mais de 700 mil pessoas para países vizinhos. Esse êxodo massivo, descrito pela ONU como um dos maiores deslocamentos forçados do século XXI, transformou-se em um fenômeno transfronteiriço de crise prolongada. Essas dinâmicas de violência transbordam para países vizinhos, já que milhares de pessoas buscam refúgio, sobretudo na Tailândia, que há décadas se tornou um espaço de recepção e de contenção dessa mobilidade forçada.

Neste cenário, a presença e o financiamento de atores internacionais têm sido fundamentais para assegurar condições mínimas de sobrevivência e dignidade às populações deslocadas. Entre esses atores, a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) destacou-se historicamente como um dos pilares da resposta humanitária na região, destinando recursos a programas de abrigo, alimentação, saúde e educação em campos de refugiados. Entretanto, os recentes cortes abruptos em sua atuação promovidos pelo atual governo Trump, iniciado em janeiro de 2025, expõem os refugiados a novos riscos, ampliando a precariedade já instalada e revelando o quanto tais comunidades permanecem reféns de dinâmicas políticas e econômicas exteriores.

Com isso em mente, o presente *policy brief* busca investigar os impactos dos cortes da USAID sobre a população refugiada de Mianmar que se desloca para, entre outros destinos, principalmente para a fronteira com a Tailândia. Estima-se que, internamente, existem mais de três milhões de deslocados internos e, apenas na Tailândia, o número de refugiados ultrapassa os cem mil, dentre esses, quarenta mil não registrados pelas autoridades tailandesas, reafirmando a problemática. (UNHCR, 2025). A escolha por este recorte não se justifica apenas pela gravidade dos acontecimentos atuais, mas também por sua capacidade de evidenciar a natureza transnacional das crises humanitárias. O trabalho se propõe a analisar, em perspectiva crítica, os impactos desses cortes tanto no nível estrutural, quanto no nível humano, ao iluminar as experiências cotidianas de refugiados que, diante do abandono, permanecem à margem do sistema internacional de proteção. Isso, visando gerar consciência e chamar atenção para o problema social e político sobre responsabilidade internacional, solidariedade e as consequências das interdependências entre políticas externas e realidades humanitárias locais; com o objetivo principal de auxiliar no desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes e sensíveis às necessidades de refugiados e populações deslocadas, fortalecendo instrumentos de proteção e resposta humanitária.

Este trabalho será estruturado a partir de seções que dividirão os marcos a serem analisados e desenvolvido a partir das evidências, análises e discussões apresentadas em cada seção. Inicialmente, explica-se o que é a USAID e seu histórico de assistência humanitária, seguido de uma análise do contexto das crises dos países em destaque, Mianmar e Tailândia, bem como os meios em que a agência atuava nos mesmos, antes de realizar os cortes no financiamento humanitário de 2025. Em seguida, as análises de como tais cortes impactaram a própria imagem e funcionamento da USAID e também os países do sudeste asiático, com uma seção específica para os danos causados à Mianmar e Tailândia. Por meio dessas etapas, serão consolidadas recomendações práticas, factíveis e fundamentadas, que amarrarão as ideias e argumentos levantados ao decorrer do *policy brief*.

2. Importância da USAID e assistência pré-cortes

A USAID é o principal braço do governo dos Estados Unidos voltado para a promoção do desenvolvimento internacional e da assistência humanitária. Fundada em 3 de novembro de 1961, a agência nasceu em um contexto de Guerra Fria, no qual os Estados Unidos buscavam minimizar a influência soviética em países subdesenvolvidos, onde era considerado um perigo geopolítico. Desde então, a USAID tem ocupado papel central na articulação da política externa estadunidense com o desenvolvimento internacional, atuando tanto em contextos de crise humanitária como em programas estruturantes de longo prazo (USAID, 2023).

A USAID ampliou sua atuação global ao longo das décadas, ajustando-se às mudanças geopolíticas e às demandas humanitárias emergentes. Durante as décadas de 1970 e 1980, a agência concentrou seus esforços no combate à fome, promoção da saúde básica e desenvolvimento rural em nações subdesenvolvidas, apoiando, por exemplo, a “Green Revolution” no Sudeste Asiático, que incluiu investimentos em pesquisas de arroz e trigo em Filipinas e Tailândia, fortalecendo institutos agrícolas locais e aumentando a produção de alimentos (USAID, 2022). Na década de 1990, o foco de sua atuação concentrava-se na governança democrática e na construção institucional. Exemplos incluem projetos para o fortalecimento de conselhos municipais e capacitação de lideranças locais no Camboja, promovendo processos participativos e maior transparência administrativa. No século XXI, houve uma ampliação no seu foco de atuação que passou a abarcar temáticas com resiliência a desastres, igualdade de gênero, educação e resposta a crises complexas, incluindo epidemias como HIV/AIDS e Ebola, além de desastres naturais de grande escala (USAID, 2005). Apenas no ano de 2003, a USAID alocou cerca de 795 milhões de dólares de sua verba para programas de combate à AIDS em mais de 50 países, incluindo esforços de saúde pública e educação em Filipinas e Vietnã (National Academies Press, 2005). Esse histórico evidencia a flexibilidade da agência e sua habilidade em mesclar estratégias de crescimento a longo prazo com respostas emergenciais de impacto imediato, respondendo a necessidades como vulnerabilidade social, ambiental e economia, evidenciando o caráter até então multidimensional da agência.

No campo humanitário, a agência consolidou-se como um dos maiores financiadores mundiais de operações de resposta a desastres naturais, conflitos armados e crises de deslocamento forçado. A Agência fornece fundos para diversos receptores, que vão de organizações não governamentais como ONGs e agências multilaterais, até governos nacionais de países em desenvolvimento. Na última década, a verba destinada à USAID apresentou crescimento, com valores alcançando vinte bilhões de dólares americanos e, a partir de 2021, valores superando quarenta bilhões de dólares americanos, representando uma maior atividade em tais setores de ajuda humanitária, com a verba dobrando ao decorrer dos últimos 10 anos (Congressional Budget Justification, Fiscal Years 2015 - 2021). Essa capacidade de mobilização garantiu à USAID um papel de liderança em áreas onde a presença estatal local era insuficiente ou inexistente, como no caso de Mianmar após o golpe militar de 2021 e da Tailândia no gerenciamento dos campos de refugiados (UNHCR, 2022).

No Sudeste Asiático, a presença da USAID iniciou-se efetivamente durante os anos 1960 e 1970, em países como Vietnã, Laos, Camboja e Filipinas. Inicialmente, suas operações tinham foco na reconstrução pós-guerra e contenção de influências externas, mas rapidamente se expandiram para áreas sociais e humanitárias, incluindo saúde pública, educação, segurança alimentar, governança democrática e fortalecimento institucional (USAID, 2021). A agência atuou como catalisadora de programas regionais, criando padrões de resposta coordenada com governos locais e organizações internacionais. Exemplos concretos demonstram essa relevância; na Indonésia, a USAID mobilizou recursos expressivos para a reconstrução pós-tsunami de 2004, apoiando mais de 1,2 milhão de pessoas com abrigo, alimentação, água potável e serviços de saúde (USAID, 2005). No Vietnã, participou de programas de descontaminação e reintegração de vítimas do Agente Laranja, um potente herbicida utilizado para destruir vegetação, popularmente utilizado pelos EUA na Guerra do Vietnã, causando diversos danos ambientais e humanos, além de projetos de desenvolvimento rural e educação, impactando milhares de comunidades rurais (World Bank, 2020). Nas Filipinas, a agência interveio de forma decisiva após tufões recorrentes, estruturando sistemas de resposta rápida, escolas temporárias e programas de saúde infantil (UNDP, 2019). No Camboja, apoiou a reconstrução do sistema educacional, combate ao tráfico de

peças e fortalecimento democrático, contribuindo para estabilidade institucional e social (LANCASTER, 2007), o que reforça a importância da USAID no âmbito da ajuda humanitária.

Em Mianmar, a USAID desempenhava um papel crucial, financiando programas destinados a ajudar as populações deslocadas internamente (IDPs) e as comunidades rohingya que fugiram das operações militares em Rakhine e em outras áreas de fronteira. Recursos dos EUA foram alocados para iniciativas de saúde comunitária, campanhas de vacinação contra doenças endêmicas e programas de combate à insegurança alimentar em regiões controladas por organizações locais, frequentemente inacessíveis a outras agências internacionais (USAID, 2021). Ademais, a agência colaborava diretamente com organizações como o International Rescue Committee (IRC) e o Norwegian Refugee Council (NRC), que se dedicavam ao atendimento de pessoas deslocadas e à restauração dos serviços essenciais de educação em comunidades afetadas pelo conflito.

Igualmente importante, na Tailândia, a assistência da USAID também foi fundamental para a manutenção dos campos de refugiados, que acolhem populações principalmente de Mianmar desde a década de 1980. Aproximadamente 90 mil birmaneses residem em nove campos ao longo da fronteira (UNHCR, 2022), dependendo de uma intrincada rede de organizações internacionais e locais para garantir alimentação, moradia e serviços de saúde. Nesse cenário, esses recursos permitiram, por exemplo, que a *The Border Consortium*, uma agência humanitária que auxilia mais de oitenta mil refugiados de Mianmar em solo Tailandês (The Border Consortium, 2019), realizasse a distribuição de alimentos e a construção de abrigos. Além disso, a agência trabalhava em conjunto com a Organização Internacional para as Migrações (IOM) e o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (UNHCR) na execução de programas de registro civil e proteção legal, com o objetivo de proporcionar maior segurança jurídica a refugiados que costumam ser marginalizados.

O efeito desses investimentos tornava-se perceptível no dia a dia das comunidades que recebiam a assistência. Uma parte significativa do orçamento destinado à aquisição de arroz, óleo e proteínas distribuídas mensalmente nos campos da Tailândia provinha dos repasses da USAID (The Border Consortium,

2019), em 2024 registrou-se 17,5 milhões de dólares destinados a assistência nutricional para birmaneses na Tailândia (HRW, 2024). Igualmente, destaca-se a relevância de projetos focados na educação em língua birmanesa e karen, língua falada pela população Karen, um grupo étnico que reside em Mianmar, para jovens refugiados alojados nesses campos. Essas iniciativas visavam preservar as identidades culturais e preparar esses jovens para um eventual retorno seguro ao seu país de origem (The Border Consortium, 2019). Assim, a presença norte-americana não se restringia apenas ao fornecimento de ajuda material, mas também ao apoio à continuidade cultural e social dessas comunidades.

A colaboração entre a USAID e governos locais também demonstra o caráter estratégico da agência na região. Apesar das restrições impostas pelo regime militar birmanês à atuação internacional, a USAID conseguia, por meio de colaborações com ONGs locais, alcançar regiões de difícil acesso. Na Tailândia, a colaboração com autoridades nacionais e provinciais possibilitava a organização de respostas que equilibravam a segurança das fronteiras com a proteção humanitária (The Border Consortium, 2019; UNHCR, 2022). A capacidade de atuar em situações adversas, enquanto mantém campos de longa duração, posicionou a USAID como líder assistente na administração e apoio do deslocamento de birmaneses.

Além disso, a resiliência institucional da USAID em contextos de retração de outros financiadores internacionais era algo que frequentemente podia ser observado. Em crises prolongadas, a agência norte-americana frequentemente se torna a última grande fonte de financiamento operacional para ONGs locais, que, sem esse apoio, não conseguiriam manter estruturas básicas de assistência (LANCASTER, 2007). Essa constatação é visível no caso birmanês: sem os repasses da USAID, muitos projetos comunitários de saúde e educação em áreas de difícil acesso seriam dificultados; a agência não apenas fornece recursos financeiros substanciais, mas também mobiliza infraestrutura logística, recursos humanos qualificados e parcerias estratégicas com ONGs locais e internacionais, elementos realizados em escala consideravelmente menor quando mobilizados por outro órgão ou financiador. Sem essa coordenação e capacidade de mobilização, iniciativas essenciais para garantir saúde, educação e proteção básica às comunidades deslocadas ficariam comprometidas, aprofundando vulnerabilidades locais e interrompendo ciclos de aprendizagem e desenvolvimento que dependem

da estabilidade mínima, até então proporcionada pela ajuda internacional (USAID, 2022). Dessa forma, compreender a importância da USAID antes dos cortes é fundamental para dimensionar o impacto de sua retração posterior.

Em Mianmar, sua presença significava o funcionamento mínimo de serviços em meio ao colapso estatal, a USAID foi responsável por representar até 40% de toda assistência humanitária recebida pelo país entre os anos de 2019 e 2024 (OCHA, 2025); na Tailândia, assegurava a sobrevivência cotidiana de dezenas de milhares de refugiados. Ambos os casos revelam como a agência constituiu-se como elo vital na rede internacional de ajuda humanitária, cuja ausência reconfigura as condições de vida de comunidades já fragilizadas.

A análise histórica mostra que a USAID tem um papel fundamental na assistência humanitária mundial, coordenando respostas e programas de desenvolvimento sustentáveis que abrangem áreas como saúde, educação, assistência social e fortalecimento institucional. Sua atuação possibilitou que comunidades em situação de vulnerabilidade, frequentemente isoladas e sujeitas a diversos riscos, pudessem acessar serviços fundamentais e estratégias de resiliência diante de crises políticas, étnicas e ambientais. Esse cenário destaca a importância da agência não só como provedora de recursos, mas também como facilitadora de redes de colaboração entre agentes locais e internacionais. Entender a extensão dessa atuação prepara o caminho para a próxima análise, que examinará o contexto das crises em Mianmar e Tailândia, evidenciando as circunstâncias que fazem dessa ajuda algo essencial.

3. Análise de contexto: A crise humanitária no Mianmar e seus reflexos na Tailândia

A crise humanitária em Mianmar deve ser entendida a partir da interação complexa entre elementos políticos, étnicos, sociais e ambientais. Em fevereiro de 2021, o Tatmadaw, exército de Mianmar, realizou um golpe de Estado que derrubou o governo democraticamente eleito da Liga Nacional pela Democracia (NLD), liderada por Aung San Suu Kyi, sob alegações infundadas de fraude eleitoral nas eleições de novembro de 2020 (OHCHR, 2021). Esse ato interrompeu abruptamente o processo de transição democrática iniciado em 2011,

revertendo avanços institucionais e promovendo um retorno a um regime militar autoritário. O golpe desencadeou uma onda imediata de repressão política, na qual manifestações pacíficas foram reprimidas com violência letal, prisões arbitrárias se intensificaram e ataques sistemáticos foram direcionados a jornalistas, ativistas e líderes comunitários, ceifando o povo de seus direitos básicos que, há pouco haviam sido conquistados após muita luta e esforço (HRW, 2021). Deste momento em diante, a nação passou a enfrentar um ciclo de violência civil generalizada, repressão constante e instabilidade nas instituições. Os conflitos armados se intensificaram e a violência se espalhou rapidamente, principalmente nos estados de Rakhine (costa oeste), Kachin (norte) e Shan (leste).



Mapa de Mianmar, 2025 (Dreamstine)

Tal fato afetou diretamente as minorias étnicas historicamente marginalizadas, como os Rohingya, Karen e outras comunidades menores (HRW, 2017). Os Rohingya, predominantemente muçulmanos e concentrados no estado de Rakhine consistem em aproximadamente 600 mil indivíduos e têm sido sistematicamente marginalizados pelo Estado birmanês desde a década de 1970, enfrentando restrições à cidadania, acesso limitado a serviços públicos e frequentes ondas de violência sectária (Amnesty International, 2015). Os Karen

são mais de 3 milhões de pessoas e estão localizados principalmente no sudeste do país, mantêm um histórico de resistência armada e negociações intermitentes com o governo central desde 1949, devido a tentativas de repressão cultural e política, resultando em deslocamentos contínuos ao longo de décadas. Esses são apenas dois de muitos exemplos que poderiam ser dados de comunidades que são marginalizadas em Mianmar, que sofrem com deslocamentos forçados, restrições econômicas e ataques ocasionais de forças estatais ou milícias locais (International Crisis Group, 2021). O efeito combinado do golpe e da repressão subsequente gerou um cenário de diversas fragilidades, com uma sensação generalizada de insegurança, interrupção de serviços essenciais e destruição de vilarejos, citando apenas algumas das diversas problemáticas enfatizadas pelo golpe militar no país. A atual crise humanitária em Mianmar tem suas raízes no aumento da violência política e militar, que liga diretamente a instabilidade política à emergência humanitária que se consolidou nos anos seguintes (UNHCR, 2022). O deslocamento interno em grande escala que ocorreu após o golpe de 2021 afetou cerca de 2,8 milhões de pessoas só em Myanmar (UNHCR, 2024), que se viram obrigados a deixar suas residências devido a ataques diretos (USAID, 2022). Os Rohingya, que já enfrentavam exclusão legal e restrições à cidadania, e as comunidades Karen e Kachin, cujas regiões foram alvo de ataques militares intensificados, estão entre os mais afetados, totalizando mais de um milhão de deslocados desde o golpe de 2021 (UNHCR, 2024). As populações deslocadas perderam meios de subsistência, como agricultura, comércio local e pequenos negócios, e, sem acesso a mercados formais, enfrentam pobreza extrema e insegurança alimentar crônica (FAO, 2022). A saúde é afetada em diversas frentes, com interrupção de serviços médicos regulares, escassez de medicamentos essenciais e aumento da incidência de doenças transmissíveis, desnutrição infantil e problemas de saúde mental (MSF, 2021). Socialmente falando, os deslocamentos fragmentam comunidades, rompendo laços familiares e redes de apoio tradicionais, o que prejudica a coesão social e eleva riscos de exploração, violência e abuso (UNICEF, 2022). Crianças e adolescentes são especialmente vulneráveis, sendo afetados por fatores como a interrupção escolar, trabalho infantil, recrutamento por grupos armados e exposição a violência sexual e psicológica (Save the Children, 2022). Além da violência política, desastres naturais recorrentes agravam a crise: inundações, tempestades tropicais e

deslizamentos de terra afetam regiões já fragilizadas, destruindo casas, plantações e infraestrutura básica e ampliando deslocamentos temporários ou prolongados e dificultando a manutenção de serviços humanitários e a logística de abastecimento (WOODS, 2019). As inundações destroem estoques de alimentos e prejudicam o acesso à água potável, aumentando a incidência de doenças de veiculação hídrica e agravos nutricionais (WHO, 2022). Tempestades e deslizamentos afetam escolas e unidades de saúde, interrompendo serviços essenciais e dificultando programas de vacinação, cuidado infantil e suporte a mulheres grávidas (UNICEF, 2022). A combinação de guerra civil e vulnerabilidade ambiental coloca a população deslocada em uma situação de múltipla exposição a riscos, onde a sobrevivência depende de ações coordenadas de atores nacionais e internacionais (UNHCR, 2023). A recorrência desses desastres gera ciclos de vulnerabilidade duradoura; famílias deslocadas internamente, já afetadas pela gravidade da guerra civil, veem sua habilidade de reconstrução afetada, o que intensifica a dependência de assistência humanitária e dificulta a recuperação dos meios de subsistência locais (FAO, 2022). Comunidades rurais e grupos étnicos minoritários, como Karen e Kachin, enfrentam uma vulnerabilidade particular, pois residem em regiões remotas de difícil acesso, o que torna a prestação de ajuda humanitária mais complexa e menos regular (Amnesty International, 2021).

No contexto da Tailândia, o país desempenha um papel estratégico como ponto de recepção e contenção de fluxos de refugiados provenientes de Mianmar, que totalizam mais de cento e cinquenta mil birmaneses em nove campos fronteiriços de refugiados. Desde a década de 1980, a Tailândia passou a abrigar comunidades deslocadas, inicialmente de grupos Karen e, mais recentemente, de Rohingya, tornando-se referência regional na gestão de campos de refugiados (The Border Consortium, 2019). O estabelecimento de campos formais ao longo da fronteira no norte e oeste do país representou uma tentativa de institucionalizar a assistência humanitária, mas também de manter o controle da mobilidade populacional, equilibrando interesses de segurança nacional e obrigações humanitárias (UNHCR, 2022). Ao longo das décadas, a política de refugiados da Tailândia tem sido caracterizada por uma estratégia de contenção. Embora ofereça abrigo e serviços básicos, limita o acesso a empregos formais, educação regular e direitos civis, gerando dependência de organizações humanitárias internacionais (The Border Consortium, 2019). Essas decisões históricas influenciaram a

configuração demográfica e social dos campos, além de comunidades que dependem quase que totalmente de redes de apoio externas para sua sobrevivência (UNHCR, 2023).

O perfil populacional desses campos revela uma predominância de mulheres e crianças; dentre os nove acampamentos temporários para refugiados birmaneses na fronteira da Tailândia com Myanmar, cerca de 38% dos residentes são menores de 18 anos e mais da metade do total são mulheres (UNHCR, 2023). Isso reflete não apenas os padrões de migração forçada, mas também os impactos diferenciados da guerra civil e da repressão: homens em idade produtiva muitas vezes permanecem em Mianmar, seja por resistência armada ou impossibilidade de fuga, deixando mulheres e crianças como principal grupo residente nos campos (UNHCR, 2022). A administração desses campos é resultado de uma colaboração complexa entre autoridades nacionais, provinciais e agências internacionais, que precisam equilibrar medidas de segurança fronteiriça com a prestação de serviços humanitários essenciais (UNHCR, 2022). Essa complexidade decorre da necessidade de conciliar múltiplos interesses e responsabilidades: autoridades tailandesas lidam com segurança, legislação de imigração e políticas de contenção, enquanto organizações internacionais como UNHCR, The Border Consortium e Save the Children coordenam programas de abrigo, alimentação, saúde, educação e proteção infantil (The Border Consortium, 2019). Ademais, a logística para distribuição de suprimentos, gerenciamento de pessoal e voluntários, e preservação de infraestrutura básica demandam um planejamento contínuo, comunicação intercultural e supervisão de padrões de qualidade, principalmente em regiões de difícil acesso e alta vulnerabilidade ambiental (UNICEF, 2022). Logo, a complexidade não é apenas burocrática, mas operacional e social, refletindo o esforço necessário para garantir que populações altamente vulneráveis, incluindo mulheres, crianças e idosos, tenham acesso a assistência humanitária adequada, em meio a restrições legais, limitações de recursos e pressões políticas (UN Women, 2021).

Apesar disso, as limitações legais e orçamentárias impõem restrições à extensão e à qualidade dos serviços, afetando especialmente educação, saúde e proteção infantil (The Border Consortium, 2019). A legislação nacional restringe o acesso de refugiados a mercados de trabalho formais e serviços públicos, gerando dependência de organizações humanitárias internacionais e de redes

comunitárias informais (UNHCR, 2022). Os recursos orçamentários destinados aos campos são escassos e compartilhados entre diversos serviços essenciais, o que leva a uma infraestrutura insuficiente, falta de profissionais qualificados nas áreas de saúde e educação e interrupções frequentes na prestação de serviços devido à falta de recursos financeiros (The Border Consortium, 2019). A precariedade das condições de moradia nas áreas rurais, combinada à limitação de oportunidades profissionais e de educação, eleva a vulnerabilidade das famílias. Tal fato gera situações de risco prolongado para crianças e jovens, que ficam expostos ao trabalho infantil, exploração e interrupção da educação (HRW, 2025). A ausência de permissão legal para que refugiados acessem escolas regulares obriga crianças e jovens a depender de programas educacionais temporários. Tais programas apresentam carga horária reduzida e são ministrados em línguas não maternas, o que compromete seu desenvolvimento acadêmico (Save the Children, 2022). Ao mesmo tempo, a Tailândia deve equilibrar a pressão política interna e a reputação internacional, atendendo às demandas humanitárias sem afetar a percepção de segurança nacional, o que tem um impacto direto na extensão e no tipo de assistência permitida nos territórios de recepção (The Border Consortium, 2019). Internamente, setores da sociedade e do governo expressam preocupações com a presença prolongada de refugiados, temendo pressões sobre infraestrutura local, competição por empregos informais e potenciais conflitos com comunidades locais (HRW, 2025). Por outro lado, a Tailândia busca prezar por sua reputação internacional de comprometimento com pautas humanitárias, mas precisa fazê-lo sem comprometer sua soberania e segurança fronteiriça (UNHCR, 2022). Essa tensão influencia diretamente o tipo de assistência autorizada, então programas de educação e saúde são muitas vezes limitados a atividades dentro dos campos, o acesso a mercados de trabalho formais é restrito, e intervenções de proteção social são reguladas de forma a evitar impactos percebidos sobre a população local.

A interligação entre os dois países evidencia a natureza transnacional da crise humanitária. Enquanto Mianmar concentra deslocamentos internos e violência direta, a Tailândia assume o papel de recepção e contenção, recebendo milhares de refugiados em condições precárias (FRENCH, 2020). Os Rohingya, em particular, atravessam essa fronteira de forma contínua, refletindo tanto a persistência da perseguição étnica quanto a insuficiência da proteção internacional.

(WILLIAMS, 2021). Essa dinâmica na fronteira evidencia que políticas internas de um país e lacunas institucionais têm efeitos diretos sobre populações deslocadas em regiões vizinhas, exigindo respostas humanitárias coordenadas, sustentáveis e sensíveis à complexidade local (USAID, 2022). O deslocamento prolongado afeta não apenas a vulnerabilidade física, mas também a dimensão social e cultural das comunidades refugiadas. Crianças e jovens em campos na Tailândia geralmente têm acesso restrito à educação formal. Esse aspecto afeta não só o aprendizado, mas também a manutenção da identidade cultural e o desenvolvimento de habilidades para um possível retorno seguro a Mianmar (TBC, 2019). A falta de acesso à educação, aliada à insegurança alimentar e à instabilidade emocional resultante do deslocamento forçado, cria ciclos de vulnerabilidade que se repetem entre gerações, mantendo a exclusão social e a dependência de assistência internacional (UNHCR, 2022).

O cenário das crises em Mianmar e Tailândia demonstra como elementos políticos, ambientais e sociais se entrelaçam para gerar uma condição de vulnerabilidade elevada. A análise comparativa dos dois países mostra que, apesar de estarem interligadas, cada crise tem suas particularidades: em Mianmar, a guerra civil e a repressão étnica são predominantes (OHCHR, 2018); na Tailândia, a fragilidade estrutural e legal dos campos de refugiados compromete a eficácia da proteção humanitária (TBC, 2019). Essa diferenciação é fundamental para entender as demandas particulares das populações deslocadas e para direcionar respostas políticas e humanitárias mais eficientes, focadas em direitos humanos, segurança e dignidade (WILLIAMS, 2021).

Em síntese, a crise humanitária em Mianmar e seus reflexos na Tailândia evidencia como fatores políticos, étnicos, sociais e ambientais interagem para gerar múltiplas vulnerabilidades. Enquanto Mianmar enfrenta repressão étnica, guerra civil e desastres naturais, resultando em deslocamentos internos e destruição de infraestrutura, a Tailândia assume o papel de ponto de recepção, enfrentando desafios de gestão de campos de refugiados, restrições legais e limitações de recursos. Essa análise permite compreender a complexidade da mobilidade forçada e da proteção de direitos humanos na região. A seção seguinte se aprofundará na atuação da USAID nesse contexto, detalhando como sua assistência estruturada se tornou essencial para garantir saúde, educação e abrigo

às populações deslocadas, e de que maneira sua assistência moldou as respostas humanitárias em ambos os países.

4. A USAID e seu histórico no Mianmar e na Tailândia

A USAID possui registros de atuação em Mianmar e Tailândia que datam desde a década de 1960, no contexto a Guerra Fria, período em que os Estados Unidos procuravam fortalecer sua presença no Sudeste Asiático, tanto para combater o comunismo quanto para apoiar o desenvolvimento em países recém-independentes (Lancaster, 2007). A princípio, a agência focou em setores como saúde pública, segurança alimentar e educação básica, atendendo às deficiências estruturais deixadas por Estados enfraquecidos e sistemas administrativos ainda em desenvolvimento. Em Mianmar, a atuação foi extremamente limitada na década de 60 por conta do golpe de Estado que a Birmânia sofreu em 1962, o que dificultou muito o acesso da agência na então Birmânia seguindo sua criação, porém, existiram ações e iniciativas de vacinação infantil, campanhas de combate à desnutrição e suporte a clínicas comunitárias em estados periféricos como Rakhine e Shan; embora os relatórios da própria agência para os anos iniciais não estejam amplamente disponíveis, atividades similares são confirmadas por organizações como a World Health Organization, que destaca que o programa de imunização expandido (EPI) em Mianmar depende de parcerias internacionais para alcançar áreas remotas (WHO, 2023). Já na Tailândia, a USAID iniciou sua presença financiando iniciativas voltadas à saúde rural, saneamento e educação na Tailândia, particularmente nas províncias do norte, onde estão as comunidades Karen e Hmong. O objetivo era diminuir as vulnerabilidades sociais e aprimorar os índices de saúde e alfabetização (MUSCAT, 1991).

Ao longo dos anos 1970 e 1980, a agência ampliou sua atuação em ambos os países, incorporando programas de desenvolvimento agrícola, fortalecimento de governança local e infraestrutura básica. No contexto de Mianmar, programas de irrigação e segurança alimentar beneficiaram milhares de agricultores em

estados rurais, como Kayin e Kachin, enquanto projetos de alfabetização e educação em línguas minoritárias visavam reduzir desigualdades históricas entre grupos étnicos. Na Tailândia, o apoio incluiu programas de saúde materno-infantil, vacinação em massa e treinamento de profissionais de saúde comunitários, beneficiando mais de 1,2 milhão de pessoas entre 1975 e 1985 (World Bank, 2022). Durante os anos 90, a USAID redirecionou parte de suas atividades para o fortalecimento institucional e a governança democrática. Em Mianmar, isso envolveu o suporte a ONGs que operavam em regiões remotas e etnicamente diversas, tal como o estado de Rakhine, onde residem a maioria dos Rohingya, apesar das restrições de acesso estatal. Na Tailândia, a agência trabalhou em parceria com ONGs e organizações internacionais para ajudar as comunidades birmanesas deslocadas que viviam em campos de refugiados ou regiões de fronteira, oferecendo suporte educacional bilíngue, cuidados básicos de saúde e assistência logística (World Education Thailand, 2023).

No início do século XXI, a USAID consolidou seu perfil de agente humanitário em resposta a emergências e desastres naturais. Após o tsunami de 2004 que atingiu a costa da Tailândia, a USAID destinou cerca de dez milhões de dólares americanos para assistência emergencial (USAID, 2005). Em Mianmar, a agência apoiou respostas rápidas a inundações e tempestades tropicais em estados como Sagaing e Ayeyarwady, fornecendo abrigo temporário, suprimentos alimentares e apoio em saúde para dezenas de milhares de pessoas (USAID, 2005). Nas décadas seguintes, a atuação da USAID em Mianmar e Tailândia passou a ser mais organizada, integrando assistência humanitária, fortalecimento institucional e desenvolvimento social. Na Tailândia, com o apoio da ONG World Education e financiamento da USAID por meio do programa SHIELD, foram capacitados docentes e criados recursos pedagógicos para crianças refugiadas birmanesas e migrantes. Isso contribuiu para a participação ativa de mais de 1.162 pais na vida escolar de seus filhos (World Education Thailand Projects, 2023). Em Mianmar, a ajuda da USAID aumentou de aproximadamente 2 milhões de dólares em 2001 para mais de 175 milhões de dólares por ano em 2016, com uma parte considerável destinada à segurança alimentar, saúde e programas de emergência (Borgen Project, 2025). Outro programa relevante na Tailândia é o projeto USAID

Thailand Counter Trafficking in Persons (CTIP), que visa combater o tráfico de pessoas, especialmente migrantes da Birmânia. O projeto envolvia parcerias com forças de governo, sociedade civil e setor privado, mobilizando comunidades vulneráveis e fortalecendo os sistemas de proteção de vítimas (USAID Thailand CTIP, 2025).

A importância da USAID nos cenários de Mianmar e Tailândia é evidenciada não apenas pela quantidade de recursos mobilizados, mas também pela combinação de financiamento, conhecimento técnico, logística e estabelecimento de parcerias locais e regionais, aptas a atuar em situações de difícil acesso, conflito e instabilidade institucional. Em áreas estratégicas sob controle militar ou em disputa, o suporte da USAID possibilitou que ONGs e redes comunitárias continuassem oferecendo serviços de saúde, educação e abrigo, que, caso contrário, poderiam não ter sido viáveis.

Em resumo, desde o início de sua atuação em Myanmar e Tailândia, a USAID desempenhou um papel central na construção e manutenção de respostas humanitárias, conjugando assistência emergencial, desenvolvimento social e fortalecimento institucional. A profundidade e abrangência de sua assistência, baseada em décadas de presença contínua, constituem o pano de fundo essencial para compreender a magnitude e as implicações de qualquer interrupção posterior do apoio humanitário, incluindo os cortes recentes que serão analisados na Seção 5.

5. Cortes de Trump na USAID: Consequências para a ajuda humanitária e para o Sudeste Asiático

Em 2025, a estrutura global de assistência humanitária dos Estados Unidos sofreu o maior abalo desde a criação da própria USAID, em 1961. Sob a administração de Donald Trump e a coordenação do recém-fundado *Department of Government Efficiency (DOGE)*, foi anunciado um plano de reestruturação administrativa que previa a revisão e o cancelamento de milhares de contratos

humanitários e programas de cooperação internacional. De acordo com a declaração oficial do secretário de Estado Marco Rubio, aproximadamente 83% dos contratos ativos foram encerrados, totalizando cerca de 5.200 projetos suspensos em mais de 70 países (The Guardian, 2025), com justificativas baseadas em um relatório interno do DOGE que alegava “ineficiência operacional” e “baixa taxa de retorno estratégico” (U.S. Department of State, 2025). Tais cortes representaram uma retração estimada de 42 bilhões de dólares, antes destinados à assistência humanitária internacional, valor total que equivalia a aproximadamente 20% de todo o orçamento mundial de ajuda humanitária (OCDE, 2025). Essa decisão interrompeu o fluxo de financiamento de programas multissetoriais de saúde, educação, segurança alimentar, migração e desenvolvimento comunitário, provocando uma ruptura imediata nas cadeias logísticas e nos sistemas de cooperação internacional sustentados por décadas de parcerias entre a USAID com instituições como ONU, Banco Mundial, Cruz Vermelha, CARE International, Save the Children e centenas de ONGs internacionais e locais.

O discurso do DOGE foi amplamente criticado por especialistas e ex-funcionários da agência, que denunciaram o caráter ideológico e o desmonte técnico embutido na medida. O relatório utilizado para justificar os cortes apresentava metodologias não transparentes, ausência de indicadores verificáveis e omissão de resultados comprovados de programas que, até 2024, eram considerados altamente eficientes (Center for Global Development, 2025). Dentre essas iniciativas de resposta a desastres naturais no Sudeste Asiático, há exemplos como o PEPFAR (Programa de Combate à AIDS), que, desde sua criação, destinou recursos fundamentais para o fortalecimento de sistemas de saúde, capacitação de profissionais, distribuição contínua de antirretrovirais e expansão de serviços de prevenção que, em países com infraestrutura limitada, reduziram drasticamente a mortalidade e ampliaram o acesso ao tratamento, inclusive em comunidades deslocadas e fronteiriças (U.S. Department of State, 2025); e o Feed the Future (voltado à segurança alimentar), que apoiava cadeias produtivas locais, introduzia técnicas agrícolas resilientes ao clima e fortalecia a capacidade de resposta rápida a choques alimentares, prevenindo crises de fome que afetam desproporcionalmente populações refugiadas e comunidades vulneráveis próximas

às áreas de conflito. A reação imediata da comunidade internacional evidenciou a gravidade da decisão, reforçado pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres, que declarou que “o sistema global de ajuda humanitária perderia um de seus pilares mais sólidos” (ONU, 2025), ressaltando a importância que tinha a ação da USAID e a dependência estrutural de dezenas de países de tal financiamento.

Do ponto de vista estrutural, a criação do DOGE reconfigurou a governança da política externa humanitária dos EUA. Ao transferir a revisão orçamentária para um órgão de perfil estritamente econômico e desconectado das dimensões técnicas do desenvolvimento, o governo reduziu significativamente a autoridade decisória da USAID. A agência passou a depender de avaliações produzidas pelo Departamento de Estado, submetendo suas operações a critérios de “eficiência” que não consideram as especificidades humanitárias. Essa mudança enfraqueceu sua autonomia institucional e limitou seu papel histórico na formulação e execução da assistência internacional. Essa transição é vista como uma tentativa de instrumentalizar a ajuda para fins geopolíticos e econômicos (Devex, 2025), deslocando o foco da mitigação de vulnerabilidades para o da suposta vantagem estratégica. Como resultado, antigos parceiros, como UNHCR, *World Food Programme* (WFP) e *Oxfam International*, começaram a relatar cancelamentos inesperados de acordos, congelamento de recursos e interrupção de projetos em curso (Devex, 2025). No contexto mais amplo, o corte em massa de 2025 retrata um marco histórico na política assistencialista dos EUA, o argumento da eficiência econômica foi utilizado como justificativa para dismantelar o próprio aparato que sustentava a liderança humanitária dos EUA. Com isso, não apenas a USAID sofreu um golpe institucional profundo, mas também toda a rede de parceiros e beneficiários, como governos, ONGs e comunidades vulneráveis, que dependiam de sua atuação contínua. O impacto inicial, como se analisará nos blocos seguintes, atingiu diretamente a capacidade operacional da agência e desestabilizou regiões críticas, incluindo o Sudeste Asiático, onde a dependência dos programas financiados pelos EUA era especialmente acentuada.

5.1. Impacto na estrutura e reputação da USAID

Os cortes impostos pelo DOGE em 2025 provocaram uma ruptura sem precedentes na estrutura institucional e operacional da USAID. Criado sob o discurso de “otimização administrativa”, o DOGE rapidamente se consolidou como um órgão de controle centralizador, subordinando a USAID a uma lógica fiscal e desconsiderando os critérios técnicos e humanitários que tradicionalmente orientavam suas decisões. Essa interferência alterou profundamente a natureza da agência, passando de um ator autônomo da política externa norte-americana, reconhecido mundialmente pela capacidade técnica e credibilidade de suas parcerias, para um instrumento subordinado à racionalidade contábil do governo federal (Brookings Institution, 2025). Os efeitos internos dessa reestruturação foram significativos; a desmobilização de equipes regionais ocorreu em decorrência da suspensão em massa de contratos e programas. As atividades dos escritórios que atuavam como centros de coordenação, como os de Bangkok e Yangon, foram reduzidas ao mínimo operacional, afetando a gestão de programas multissetoriais e a comunicação com os parceiros locais. A falta de orientações precisas do DOGE e a lentidão na aprovação de novos projetos e financiamentos interromperam programas de longa duração em setores como segurança alimentar, educação para refugiados e resposta a desastres naturais (UNHCR, 2025). Como resultado, ocorreu um colapso administrativo silencioso, no qual técnicos e coordenadores perderam a autonomia para tomar decisões sobre ações emergenciais e passaram a depender de revisões burocráticas em Washington, que frequentemente não atendiam à urgência do campo (CSIS, 2025).

Essa nova estrutura fragilizou a reputação da USAID dentro e fora dos Estados Unidos. Organizações parceiras, como *Save the Children*, *World Education* e *International Rescue Committee*, relataram atrasos críticos no repasse de fundos, além da perda de contato direto com seus pontos focais dentro da agência (Devex, 2025). O que antes era uma relação de cooperação horizontal passou a ser marcada pela incerteza e pela desconfiança. O tempo médio de resposta da USAID a emergências internacionais aumentou em 41%, enquanto a cobertura global de beneficiários caiu de 78 milhões para menos de 30 milhões de

pessoas em apenas nove meses (ODI, 2025). Além da perda operacional, a agência passou por uma crise de identidade. Historicamente enxergada como o braço civil do soft power norte-americano, a USAID representou o compromisso dos EUA com o desenvolvimento humano e os direitos universais. O DOGE, ao redefinir prioridades e descontinuar programas de longo prazo, subverteu essa narrativa, substituindo o discurso da cooperação pelo da eficiência. A humanitarização da política externa norte-americana foi revertida por uma “financeirização da ajuda”, na qual o valor do impacto passou a ser medido em balanços e não em vidas transformadas (Brookings Institution, 2025).

No Congresso, democratas e republicanos moderados condenaram o que consideravam ser uma “desconstrução ideológica” da agência. Ex-diretores e diplomatas aposentados alertaram que os cortes podem comprometer a segurança nacional dos Estados Unidos, pois a assistência internacional tem sido um mecanismo eficaz para estabilizar áreas de conflito e controlar fluxos migratórios (Council on Foreign Relations, 2025). Diante do vácuo deixado pela redução da ajuda humanitária dos EUA, o Departamento de Estado foi obrigado a reconsiderar suas estratégias de diplomacia pública.

A descontinuidade dos financiamentos norte-americanos também desestabilizou a estrutura multilateral de resposta a crises e compromete a previsibilidade dos mecanismos humanitários globais (OCHA, 2025). Agências da ONU, como UNICEF e UNHCR, relataram dificuldades em manter programas conjuntos com a USAID, já que muitos deles dependiam de cofinanciamento anual para continuidade operacional. O enfraquecimento da confiança internacional foi tão severo que a contribuição dos Estados Unidos ao total global de assistência oficial ao desenvolvimento caiu pela primeira vez abaixo de 10%, revertendo uma trajetória histórica de liderança iniciada na década de 1960 (OECD, 2025). A USAID, que durante décadas foi enxergada como um órgão cooperativo e crível pelo sistema internacional, passou a ser percebida como um ator instável, sujeito a interferências políticas e decisões unilaterais. Essa perda de previsibilidade é particularmente crítica em contextos de longo prazo, como os programas de reassentamento de refugiados e reconstrução pós-conflito. Parceiros do Sudeste Asiático, como Tailândia, Indonésia e Filipinas, manifestaram

formalmente preocupação quanto à continuidade de parcerias em curso (Reuters, 2025). Em resposta, governos locais e ONGs da região começaram a diversificar suas fontes de financiamento, aproximando-se de novas potências doadoras, como China e União Europeia, que expandiram seus fundos de cooperação entre 2025 e 2026 (Global Humanitarian Review, 2025).

Em resumo, DOGE e Trump não apenas reduziram o alcance financeiro da USAID, mas minaram as bases epistemológicas, éticas e diplomáticas que sustentavam sua atuação global. Ao transformar a agência em um instrumento de austeridade e controle fiscal, o governo Trump rompeu com o legado de seis décadas de diplomacia humanitária norte-americana, resultando na fragilização da estrutura técnica e da autoridade moral dos Estados Unidos na governança internacional do desenvolvimento, cujo impacto sobre populações vulneráveis, especialmente no Sudeste Asiático.

5.2. Impactos no Sudeste Asiático

Os impactos dos cortes de 2025 se tornaram especialmente visíveis no Sudeste Asiático, cerca de 18% de toda a ajuda humanitária destinada à Ásia Oriental e Pacífico provinha diretamente dos Estados Unidos, sendo canalizada em grande parte por meio da USAID (OCDE, 2024). A interrupção da maior parte do financiamento, sem precedentes, provocou uma desarticulação em cadeia que afetou diretamente as populações atendidas e a própria estabilidade institucional das redes de proteção regionais.

Na Indonésia, programas de mitigação climática e prevenção de desastres, como o *Adaptasi Perubahan Iklim dan Ketangguhan* (APIK), sofreram cortes que levaram à suspensão de iniciativas de monitoramento costeiro e de capacitação comunitária em áreas de risco (USAID Indonesia, 2025). De forma semelhante, no Vietnã, o encerramento de contratos ligados ao Mekong Adaptation and Resilience Project (MAR) reduziu significativamente a capacidade local de controle da salinização e da perda de terras agrícolas no Delta do Mekong, afetando diretamente a subsistência de milhares de famílias rurais (World Bank,

2025). O impacto foi agravado pela dependência estrutural de tais programas de financiamento externo, visto que as contribuições da USAID representavam grande parte do orçamento total de projetos climáticos bilaterais no país (USAID, 2022). No Camboja, a interrupção dos fundos do programa *Democratic Strengthening and Local Governance Initiative* resultou no fechamento de escritórios regionais e na redução de mais de 40% das atividades de capacitação de lideranças comunitárias e observadores eleitorais (HRW, 2025). Esses cortes, embora apresentados como parte de uma “revisão de eficiência” do DOGE, foram percebidos por organizações locais como um retrocesso político, enfraquecendo os mecanismos de transparência já frágeis no país. Em Laos, o colapso mais visível ocorreu no setor de saúde; clínicas comunitárias apoiadas pela USAID em colaboração com a *World Health Organization* ficaram sem suprimentos de antimaláricos e vacinas básicas, interrompendo um ciclo de redução de infecções que vinha sendo mantido desde 2018 (WHO, 2025).

Esses episódios não apenas ilustram a amplitude da desestruturação causada pelos cortes, mas também evidenciam a dependência sistêmica da região em relação à arquitetura financeira norte-americana da ajuda humanitária. O *Asian Disaster Preparedness Center* (ADPC, 2025) estimou que, em 2025, cerca de 64% dos programas de resiliência climática e gestão de risco no Sudeste Asiático foram afetados pela paralisação dos repasses da USAID. Países como Filipinas e Timor-Leste, que sofrem com crises climáticas, perderam o suporte logístico e técnico que a agência fornecia por meio do *Office of Foreign Disaster Assistance* (OFDA), prejudicando as respostas rápidas e a reconstrução de comunidades atingidas. Nas Filipinas, por exemplo, a suspensão de fundos do OFDA coincidiu com a temporada de tufões de 2025, dificultando a mobilização de equipes de busca e resgate e atrasando a distribuição de kits de abrigo e água potável em comunidades costeiras de Samar e Leyte (PDRF, 2025). Em Timor-Leste, a paralisação de treinamentos financiados pela USAID reduziu significativamente a capacidade local de operar sistemas de alerta precoce para enchentes, contribuindo para que enchentes repentinas em Baucau e Lautém, ainda em 2025, resultassem em maior número de deslocamentos internos e perdas materiais do que em anos anteriores (AHA Centre, 2025).

Os cortes realizados pelos EUA também abrem espaço para outros atores tomarem frente do assistencialismo humanitário no Sudeste Asiático, como a China. O governo de Pequim, por meio da *Belt and Road Initiative* (BRI) e do *China International Development Cooperation Agency* (CIDCA), intensificou a oferta de crédito e assistência técnica em áreas anteriormente dominadas pela USAID, sobretudo em infraestrutura e agricultura. Embora essa substituição aparente possa ter mitigado parcialmente o vácuo financeiro, o modelo chinês privilegia a concessão de empréstimos em detrimento de doações, o que pode agravar o endividamento e reduzir a autonomia política dos Estados receptores (Lowy Institute, 2025). Dessa forma, o colapso da presença americana não apenas desestruturou as redes humanitárias, mas também alterou o equilíbrio estratégico da região. O Sudeste Asiático, que historicamente conta com uma estrutura multilateral de ajuda humanitária, se depara agora com um cenário de reconfiguração assimétrica, no qual poucos participantes detêm a maior parte da capacidade de resposta a crises. Essa tendência compromete o caráter multilateral que historicamente sustentava a estabilidade na região e enfraquece os mecanismos de coordenação humanitária dentro da ASEAN. A falta de clareza quanto à reposição dos fundos e à reestruturação institucional da USAID cria um clima de instabilidade para ONGs e governos locais, que testemunham o desmoronamento de projetos de longo prazo e acordos internacionais estabelecidos com base na sustentabilidade e no desenvolvimento humano.

Assim, os cortes de 2025 não podem ser interpretados apenas como um redirecionamento orçamentário, mas como um evento de ruptura sistêmica. Os cortes na assistência humanitária norte-americana no Sudeste Asiático provocaram um vazio de governança que ultrapassa os domínios técnicos, tocando diretamente a legitimidade dos processos de cooperação internacional e a confiança nas instituições multilaterais. Ao afetar diretamente comunidades vulneráveis e desestabilizar redes regionais de solidariedade, a decisão revela o quanto a política externa baseada em interesses imediatos pode comprometer décadas de construção coletiva em prol do desenvolvimento humano global. Isso se traduz e é exposto com a intensificação da crise migratória no Sudeste Asiático, afetando diretamente centenas de milhares de pessoas, que perderam acesso a serviços de proteção,

documentação, abrigo e assistência alimentar; além disso, campos antes parcialmente estabilizados voltaram a registrar aumento de violência, exploração e insegurança alimentar (UNHCR, 2025).

6. Impactos específicos: Mianmar e Tailândia

O anúncio de que 83% dos contratos da USAID seriam rescindidos gerou um efeito cascata entre parceiros implementadores, agências da ONU e redes humanitárias regionais, criando um cenário de paralisia administrativa e colapso operacional em contextos já fragilizados por crises humanitárias prolongadas (NPR, 2025).

No caso de Mianmar, a decisão norte-americana retirou mais de 172 milhões de dólares em obrigações previstas para o ano fiscal, valor que representava parte significativa da capacidade de resposta humanitária em estados críticos como Rakhine, Shan, Kachin e Sagaing (Atlas Institute, 2025). Esse congelamento coincidiu com a intensificação de ofensivas militares contra populações civis e um aumento do fluxo de deslocamento interno, ampliando a discrepância entre necessidades e capacidade de resposta. Agências locais e internacionais estimaram que o corte de recursos provocou a interrupção de mais de trinta programas humanitários de segurança alimentar, saúde básica, nutrição infantil, educação emergencial e proteção de grupos vulneráveis (ReliefWeb, 2025). Organizações que operam nos campos de Mae Sot, Mae Hong Son e Chiang Mai relataram que ao menos 48 milhões de dólares em financiamentos previstos foram congelados entre março e abril de 2025, afetando diretamente operações de ONGs parceiras e limitando a capacidade tailandesa de absorver novos fluxos de refugiados (The Asia Foundation, 2025). O que significa que mais de 100 mil refugiados perderam acesso a alimentos e assistência médica essenciais após os cortes, gerando aumento da fome, desnutrição infantil e colapso de serviços de saúde (HRW, 2025). Em particular, em 2025, a distribuição de assistência alimentar por parte do *The Border Consortium* foi interrompida, o que representou um ponto de inflexão para famílias que já viviam em situação de vulnerabilidade, provocando condições

críticas de insegurança alimentar, deterioração da saúde e aumento da dependência de redes de solidariedade informais (The Border Consortium, 2025).

Essa retração financeira aconteceu em um contexto em que a demanda humanitária já estava crescendo rapidamente, mais de 2,7 milhões de pessoas em Mianmar urgiam por assistência em 2025, incluindo deslocados internos, vítimas de violência, minorias étnicas perseguidas, como os Karen e Rohingya, e comunidades rurais afetadas pela destruição de seus meios de subsistência (UNHCR, 2025). A redução abrupta da cobertura dos programas foi tão drástica que os hubs logísticos em Yangon, Mawlamyine, Chiang Mai e Bangkok tiveram que operar em modo de contingência, redirecionando recursos apenas para atividades consideradas “de vida ou morte” (Amnesty International, 2025). O impacto não se limitou à redução direta de serviços, ele se manifestou por meio de um colapso administrativo silencioso, visto pela descontinuidade abrupta de contratos, demissões em larga escala e incapacidade de manter equipes de campo, especialmente nos estados fronteiriços. A perda de quadros técnicos e de coordenação gerou atrasos críticos na entrega de alimentos, medicamentos e insumos de proteção, pois muitos parceiros implementadores não tinham reservas financeiras suficientes para manter operações por mais de 30 dias sem o financiamento da USAID (ReliefWeb, 2025). Esses atrasos ou não conclusão das entregas potencializam a fragilidade dessa população afetada, já que se traduzem diretamente em fome, subnutrição e não-contenção e cura de doenças que os afetam, causando mortes e precarizando o próprio ambiente em que habitam, cavando uma cova cada vez mais funda com o passar do tempo enquanto não são regularizadas as redes de assistência humanitária.

A interrupção dos financiamentos também minou a arquitetura de coordenação regional, Plataformas inter-agências, essenciais para articular resposta de refugiados e deslocados, perderam grande parte da capacidade de planejar cenários, consolidar dados e alinhar respostas estratégicas. O UNHCR enfrentou um déficit de mais de 120 milhões, afetando diretamente seus planos de saúde, abrigo e proteção legal para refugiados birmaneses na Tailândia e deslocados internos em Mianmar (UNHCR, 2025). Para as ONGs locais, o impacto foi desproporcional. Em Mianmar, dezenas de organizações comunitárias

relataram fechamento temporário ou permanente. Redes de mulheres, associações rurais e grupos de proteção infantil perderam capacidade de mobilização, combustível, transporte e equipes. Isso resultou em um vácuo operacional perigoso, em que regiões inteiras ficaram sem qualquer monitoramento humanitário, especialmente em zonas de conflito ativo (Atlas Institute, 2025). Em regiões como as áreas de refúgio birmanesas em campos de Cox's Bazar, em Bangladesh, que abrigam deslocados, principalmente Rohingya, vindos de Mianmar, em mais de trinta campos em uma área densamente povoada a qual enfrenta desafios como condições de saneamento precárias e superlotação, a retração da ajuda internacional em 2025 coincidiu com uma escalada dramática da insegurança alimentar e nutricional. Em fevereiro de 2025, houve um aumento de 27% nas admissões por desnutrição aguda grave entre crianças menores de cinco anos em relação ao ano anterior; ao mesmo tempo, clínicas de saúde relatam falta de medicamentos essenciais e interrupção de campanhas de vacinação e saneamento básico (UNICEF, 2025).

As implicações sociopolíticas intensificam ainda mais as consequências humanitárias. A perda do apoio internacional debilitou as redes de proteção que ajudavam a reduzir os riscos de exploração, tráfico de pessoas e recrutamento forçado por grupos armados (The Diplomat, 2025). As evidências de 2025 já mostram esses efeitos na prática, o aumento de vítimas de tráfico detectadas e a intensificação de operações de redes criminosas ao longo da fronteira ilustram como a retração de atores humanitários facilita a ação de organizações criminosas (Reuters, 2025). Essa atuação muitas vezes se estende para o recrutamento de crianças por forças estatais e não-estatais em Mianmar, que se agrava quando programas de proteção infantil e educação são interrompidos (HRW, 2025).

A combinação de cortes financeiros, aumento da insegurança e dependência de operações transfronteiriças intensificou a pressão sobre a Tailândia. Autoridades locais, já sobrecarregadas, expressaram preocupação com a impossibilidade de continuar recebendo um número crescente de refugiados sem o devido suporte internacional. As autoridades da Tailândia alertaram que a redução significativa de recursos comprometeria programas fundamentais de educação, saúde e proteção para refugiados e solicitantes de asilo, reduzindo a capacidade do

país de manter padrões básicos de assistência humanitária (Asia Foundation, 2025).

Em Mianmar, especificamente, a interrupção maciça dos financiamentos da USAID em 2025 encontrou Mianmar em um dos momentos mais críticos desde o golpe militar de 2021, com mais de 2,7 milhões de deslocados internos e aproximadamente 1 milhão de refugiados vivendo em países vizinhos (UNHCR, 2025). A dependência de recursos internacionais, especialmente dos EUA, já era extrema devido à degradação das instituições estatais, à fragmentação territorial e à incapacidade do regime militar de prover serviços básicos de saúde, saneamento e alimentação, por exemplo. Por isso, após o anúncio dos cortes, Mianmar se tornou “o país mais afetado proporcionalmente no mundo em termos de perda súbita de capacidade operacional humanitária” (OCHA, 2025). Estima-se que entre 165 e 190 milhões de dólares em financiamento previstos para 2025 foram congelados ou cancelados pela USAID, afetando mais de 140 projetos ativos ou em implementação (Atlas Institute, 2025).

Os impactos sobre programas de proteção e assistência a refugiados e deslocados internamente foram particularmente profundos, visto que a maior parte desses projetos dependia de fontes externas devido à ausência de mecanismos locais de financiamento e à restrição total de acesso imposta pelo Tatmadaw. Projetos críticos de proteção infantil, apoio psicossocial e prevenção de violência baseada em gênero tiveram parte ou totalidade de seu financiamento suspenso (IRC, 2025). Essa suspensão levou ao fechamento de dezenas de espaços seguros, centros de acolhimento e serviços de proteção que funcionavam principalmente em áreas periurbanas de Yangon, Mandalay e nos corredores de deslocamento entre Sagaing e Kachin (UNICEF, 2025). O colapso dessas estruturas não representou apenas a interrupção administrativa de atividades, milhares de crianças e adolescentes perderam acesso diário a alimentação suplementar, acompanhamento psicossocial e mecanismos de denúncia; houve um aumento de 32% nos incidentes de violência contra crianças em áreas de deslocamento onde centros apoiados pela USAID haviam sido encerrados (UNHCR, 2025), além da duplicação dos casos de desaparecimento de menores em zonas de conflito ativo (Child Rights Network Myanmar, 2025). A segurança alimentar, já profundamente

fragilizada antes dos cortes, entrou em colapso em várias regiões; estima que mais de 1,1 milhão de pessoas deixaram de receber assistência alimentar regular nos três primeiros meses após os cortes da USAID, devido à falta de itens básicos, interrupção logística e suspensão de contratos de distribuição terceirizados (WFP, 2025). Em Rakhine, Shan e Chin, áreas consideradas de acesso altamente restrito, a perda dos convênios financiados por fundos norte-americanos levou à reintrodução de racionamento severo e ao aumento do preço de alimentos básicos, chegando a margens maiores que 40% entre maio e agosto de 2025 (ReliefWeb, 2025). Famílias passaram a reduzir suas refeições diárias para apenas uma por dia e houve um crescimento expressivo de quadros de desnutrição aguda em crianças menores de cinco anos (Action Against Hunger, 2025). Mulheres grávidas e lactantes agora figuram entre os grupos mais afetados pela perda de acesso a alimentos proteicos e suplementos nutricionais (WFP, 2025). Campanhas de nutrição para crianças menores de cinco anos também tiveram redução de 60% na cobertura por falta de insumos e pessoal (MSF, 2025).

No campo educacional, um dos setores mais dependentes do financiamento dos EUA, o impacto foi igualmente severo. Programas que ofereciam escolas temporárias para crianças deslocadas, como os implementados pela *Norwegian Refugee Council* (NRC), suspenderam turmas em pelo menos 19 localidades, afetando mais de 45 mil crianças deslocadas que já haviam perdido anos de escolarização desde o golpe de 2021 (NRC, 2025). A interrupção desses programas agravou o risco de recrutamento infantil por grupos armados, explicitando uma “dinâmica de vulnerabilidades ampliadas criada pela súbita retirada dos principais financiadores ocidentais” (UN Special Rapporteur, 2025).

A infraestrutura humanitária transfronteiriça também foi comprometida. As operações ao longo da fronteira com a Índia e a China, especialmente aquelas facilitadas por consórcios que incluíam a USAID, perderam viabilidade logística. A China não autorizou a continuidade de várias operações de “cross-border aid” sem a presença dos financiadores originais e autoridades indianas reduziram a permissão de entrada de comboios devido à menor capacidade logística das ONGs após os cortes (The Diplomat, 2025). Com isso, aproximadamente 300 mil pessoas que dependiam de rotas transfronteiriças para receber medicamentos,

alimentos e assistência emergencial tiveram o acesso severamente comprometido (The Diplomat, 2025). A proteção global aos refugiados também foi minada; o UNHCR contava com recursos financeiros da USAID para programas de registro e, com a interrupção, os processos de regularização migratória diminuíram, resultando em dezenas de milhares de birmaneses em situação irregular e expostos a deportação e exploração (UNHCR, 2025). Ademais, centros de trânsito que recebiam refugiados recém-chegados, particularmente na fronteira com a Tailândia, embora operados com recursos provenientes de Mianmar, reduziram suas horas de operação, diminuíram o número de funcionários e não conseguiram fornecer assistência básica, como kits de higiene e alimentação inicial, elevando o risco de mortalidade nas primeiras semanas após a chegada (Amnesty International, 2025). Cortes de financiamento causaram o fechamento de diversos hospitais operados pelo IRC, que atendiam mais de cem mil pessoas no total, dentre essas, indivíduos que requeriam tratamentos emergenciais e cuidados de maternidade e infantis, afetando e minando o direito de vida e saúde básica dos que estão nessa zona de risco. Falas, como a de U Htan Hun de 62 anos refletem a realidade vivida por quem foi afetado por esses cortes: “It was so scary, they forced everyone to go out of the hospital...and some people died because they lost their oxygen. We were not only sad but also scared of what is coming next” (Amnesty International, 2025).

Do ponto de vista macroestrutural, os cortes aceleraram a “regionalização da vulnerabilidade” em Mianmar: ao invés de conter fluxos de deslocamento, a perda de assistência ampliou a pressão migratória para vizinhos, como a Tailândia (IOM, 2025). Estima-se que o número de novos deslocados no ano pós-cortes pode duplicar, alcançando mais de 1,5 milhão de novos movimentos internos e transfronteiriços até o fim de 2026 (IOM, 2025). Essa crise adicional vem em um momento de saturação dos países receptores, criando um círculo de instabilidade regional diretamente associado à retração da assistência norte-americana. A ausência da USAID cria um vazio que não pode ser prontamente preenchido. A União Europeia, Japão e Austrália aumentaram parcialmente seus respectivos financiamentos humanitários, mas “nenhum doador isolado possui capacidade institucional ou logística para substituir a USAID em curto prazo” (Humanitarian

Policy Group, 2025). O risco é o de um colapso duradouro da rede humanitária, perda de décadas de desenvolvimento institucional e aprofundamento de desigualdades entre grupos étnicos. Comunidades como os Rohingya, Karen e Kachin dependiam desproporcionalmente de projetos financiados pela USAID para suprir lacunas históricas de exclusão política, ausência de serviços básicos e isolamento geográfico. A retração do financiamento potencializou essa assimetria, pois tais regiões perderam justamente os programas que atuavam como mecanismos de compensação. Esses fatores fazem com que Mianmar seja proporcionalmente visto como o caso mais crítico de retrocesso humanitário imediato causado por retração súbita de um único doador em 20 anos (CGD, 2025).

Se em Mianmar os cortes de 2025 desencadearam um colapso interno da capacidade de resposta, na Tailândia, os impactos assumiram uma escala igualmente crítica. A Tailândia desempenha papel estratégico desde os anos 1980 na proteção de refugiados vindos de Mianmar, administrando oficialmente nove campos e dezenas de pontos de recepção informal ao longo da fronteira. A dependência estrutural desses espaços em relação ao financiamento internacional, particularmente norte-americano, fez com que os cortes da USAID provocassem uma retração sem precedentes na provisão de serviços essenciais (UNHCR, 2025).

Entre março e maio de 2025, organizações parceiras reportaram que entre aproximadamente 55 milhões de dólares de financiamento previstos para programas em território tailandês foram congelados ou cancelados, afetando diretamente intervenções de saúde primária, educação, proteção legal, abrigo e saneamento em todos os nove campos oficiais (Asia Foundation, 2025). Na prática, significou, entre outros, a redução imediata de atendimentos médicos básicos, como tratamento de doenças respiratórias, infecções de pele e acompanhamento pré-natal, (MSF, 2025), fora isso, também obrigou escolas comunitárias a operar com quadros reduzidos, levando ao fechamento temporário de salas de aula e à exclusão de aproximadamente oito mil crianças das atividades regulares de ensino (UNICEF, 2025). Para muitos desses programas, os contratos da USAID representavam entre 35% e 60% do orçamento anual. Nos campos de Mae La, Umpiem Mai, Mae Ra Ma Luang e Ban Mae Noi Soi, as ONGs parceiras

relataram a urgência em adotar medidas de austeridade; redução do horário de funcionamento das clínicas médicas, demissões de equipes birmanesas e tailandesas, suspensão das aulas de educação complementar e limitação dos programas de saúde mental para mulheres e crianças que fugiram de violência extrema, além da suspensão parcial da distribuição de itens essenciais de higiene (ReliefWeb, 2025). A situação foi agravada pela pressão migratória crescente, já que com o aumento da violência em Mianmar houve um fluxo superior a 60 mil novos refugiados cruzando a fronteira entre dezembro de 2024 e junho de 2025, muitos deles chegando a postos de recepção já operando no limite (UNHCR, 2025).

Um dos impactos mais profundos ocorreu no sistema transfronteiriço de ajuda, rede utilizada para levar alimentos, medicamentos, equipamentos de proteção e meios de subsistência para comunidades em Mianmar que estão em áreas inacessíveis às agências internacionais devido às restrições impostas pelo regime militar. Desde os anos 1990, esse sistema opera como uma ponte estratégica entre organizações tailandesas, birmanesas e internacionais, mais de 40% das organizações que compõem essa rede dependiam diretamente de contratos norte-americanos para transporte, armazenamento e logística básica (Atlas Institute, 2025) e com os cortes tiveram suas operações diretamente afetadas; famílias passaram a receber cestas reduzidas, mulheres enfrentam maior escassez de produtos básicos de higiene e crianças dependem de centros comunitários que operam com capacidade mínima, ampliando o risco de desnutrição e doenças sazonais dentro (e fora) dos nove campos oficiais. Rompimentos na cadeia de financiamentos como esse já haviam provocado atrasos na distribuição de alimentos, além da suspensão temporária de programas de nutrição (The Border Consortium, 2024), reforçando que essa é uma tendência que já se mostra presente e se intensificará cada vez mais, visto que os cortes foram muito mais expressivos que qualquer um antes visto. Armazéns, como os de Mae Sot e Chiang Mai, deixaram de receber mantimentos, os custos de combustível aumentaram e o número de missões transfronteiriças caiu drasticamente. A média de 15 a 20 missões mensais reduziu-se a apenas 5 ou 6, limitando a entrega de alimentos, kits de purificação de água e medicamentos

essenciais para dezenas de milhares de pessoas em Mianmar (ReliefWeb, 2025). Parceiros tailandeses foram obrigados a encerrar programas de apoio a monitores comunitários, cuja função era crucial para mapear deslocamentos, ataques a civis e necessidades emergenciais. Essa retração operacional teve repercussões diretas na proteção dos refugiados já estabelecidos na Tailândia. Programas de proteção legal, responsáveis por auxiliar refugiados na renovação de documentos temporários, na prevenção de detenções arbitrárias e no acesso a serviços públicos, sofreram cortes severos, mais de 12 mil casos ativos ficaram sem acompanhamento adequado, aumentando o risco de deportações sumárias ou de permanência irregular, especialmente para recém-chegados que não dominam o idioma (Asia Foundation, 2025). Os impactos foram particularmente severos para mulheres e meninas refugiadas. Programas de prevenção à violência baseada em gênero, incluindo abrigos seguros e serviços psicológicos, foram reduzidos ou suspensos em seis dos nove campos. Redes comunitárias, que dependiam de pequenos subsídios para garantir transporte de sobreviventes e triagem social, perderam capacidade de atuação. Em três campos, relatórios internos registraram aumento de casos não encaminhados à rede de proteção devido à ausência de equipes treinadas e de pessoal especializado em risco de violência doméstica ou exploração sexual (UNHCR, 2025).

Com a paralisação de atividades educacionais, mais de trinta mil crianças refugiadas, que estavam matriculadas em escolas que receberam apoio financeiro direto ou indireto dos Estados Unidos foram diretamente afetadas (UNICEF, 2025). Com os cortes, houve redução ou suspensão das aulas de alfabetização, matemática, birmanês, karen e inglês. Professores refugiados, que recebiam uma remuneração simbólica financiada por ONGs com o apoio da USAID, sofreram demissões em massa, o que comprometeu uma das raras políticas de continuidade educacional para populações em deslocamento prolongado (ReliefWeb, 2025).

Os cortes colocaram o governo tailandês em uma situação delicada do ponto de vista político-diplomático. Apesar de a política oficial ainda ser a de não repatriação forçada, as autoridades manifestaram preocupação com o aumento da pressão sobre os sistemas locais de saúde e educação. Em encontros com a ASEAN e parceiros internacionais, diplomatas da Tailândia informaram que a

repentina falta de recursos diminuiu a habilidade do país de garantir condições básicas de dignidade nos campos, além de complicar as operações de verificação de necessidades e registro biométrico (UNHCR, 2025).

Em síntese, os cortes promovidos pelo governo Trump em 2025 não apenas comprometeram a continuidade de projetos essenciais em Mianmar e na Tailândia, mas expuseram a fragilidade de um sistema humanitário extremamente dependente de um único doador e estruturalmente vulnerável a decisões políticas abruptas. A retração da USAID aprofundou vulnerabilidades preexistentes e amplificou riscos para milhões de refugiados, deslocados internos e comunidades anfitriãs. Nesse sentido, a Seção 6 apresenta um conjunto de recomendações de política voltadas à reconstrução da capacidade operacional, ao reforço da governança regional e à mitigação dos danos causados pela súbita retirada dos recursos norte-americanos, propondo medidas que buscam não apenas corrigir os efeitos imediatos, mas também criar bases mais resilientes e menos suscetíveis à volatilidade futura.

7. Recomendações

Para desenvolver um plano que cuide da reversão dos danos provocados pelos cortes abruptos da USAID em 2025, é necessária uma estratégia que combine financiamento emergencial, reestruturação da coordenação humanitária e fortalecimento das capacidades locais. A experiência recente em Mianmar e na Tailândia mostra que a interrupção repentina de contratos não apenas suspendeu serviços essenciais, mas desestabilizou toda a arquitetura regional de proteção a refugiados e deslocados internos. A resposta adequada não pode se limitar à reposição de recursos; é necessário reconstruir mecanismos de governança e garantir previsibilidade operacional para evitar que futuras decisões unilaterais de doadores produzam colapsos semelhantes (OCHA, 2025).

- **Criar um fundo emergencial regional específico para assistência humanitária que funcione como um respaldo diante de cortes inesperados.**

Esse fundo deve ser gerido por um bloco envolvendo ASEAN, UNHCR e parceiros multilaterais e teria a capacidade de garantir meses de estabilidade financeira para programas básicos de saúde, proteção e alimentação, evitando a paralisação imediata de serviços vitais diante de cortes abruptos como os da USAID em 2025.

- **Ampliar o orçamento internacional para financiamento humanitário de modo que o montante total global não seja tão desbalanceado.**

Atores como União Europeia e Japão devem entrar em ação para que a possível retirada de apenas um agente não tenha capacidade de causar tamanho dano e risco à cadeia de assistência humanitária mundial.

- **Encorajar e demandar a concessão de exceções humanitárias pelos EUA**

Essa ferramenta é utilizada para permitir a continuidade de programas essenciais mesmo sob restrições administrativas severas (USAID, 2025). A pressão diplomática coordenada de agentes internacionais e governos pode ampliar a margem para que Trump e DOGE restabeleçam contratos que financiam campos de refugiados, educação, vacinação, nutrição infantil, operação de clínicas primárias e programas de proteção.

- **Restabelecer e fortalecer os mecanismos de cooperação que foram enfraquecidos após a interrupção de projetos financiados pela USAID.**

Nas regiões fronteiriças entre Mianmar e Tailândia, a dissolução parcial de grupos de trabalho conjuntos reduziu a capacidade de planejar ações integradas,

compartilhar dados e articular respostas coerentes entre setores como proteção, saúde e educação (OCHA, 2025). A retomada de um mecanismo formal de coordenação nas fronteiras permitiria integrar fluxos de informação sobre deslocamentos, monitorar necessidades e administrar a logística de corredores humanitários.

- **Fortalecer sistemas de monitoramento e alerta precoce em Mianmar.**

A capacidade dos mesmos foi drasticamente reduzida após a interrupção de contratos responsáveis por coleta de dados populacionais e vigilância epidemiológica em áreas de difícil acesso (UNHCR, 2025). Um sistema de alerta robusto é essencial para identificar riscos de escalada de violência, surtos de doenças e insegurança alimentar, especialmente nos estados de Kachin, Rakhine e Shan, onde a combinação entre conflito armado e retração de financiamento cria ambientes de risco extremo para populações deslocadas, como já foi previamente analisado.

- **Apoiar organizações locais em Mianmar e Tailândia.**

ONGs locais, birmanesas e tailandesas, foram desproporcionalmente afetadas pelos cortes, perdendo pessoal, escritórios e capacidade de operação justamente quando eram mais necessárias (The Asia Foundation, 2025). Programas de financiamento e contratos diretos com agências das Nações Unidas são fundamentais para restabelecer sua capacidade de atuação. Além disso, existem áreas em Mianmar nas quais o acesso internacional é restrito pelo regime militar, organizações locais são frequentemente os únicos atores capazes de atuar com segurança e legitimidade (International Crisis Group, 2025). O financiamento e treinamento das mesmas não apenas aumenta a eficácia das operações, mas reduz a dependência de cadeias internacionais de financiamento vulneráveis a mudanças políticas.

- **Restabelecer clínicas comunitárias, postos móveis e hospitais**

É urgente, dado que os cortes deixaram dezenas de milhares de pessoas sem acesso a medicamentos básicos, vacinação infantil e atendimento primário (MSF, 2025).

- **Retomar imediatamente campanhas de vacinação e o reabastecimento de estoques para ciclos mínimos de seis meses.**

A proteção de mulheres e crianças deve ser reforçada com a reabertura de espaços seguros, restabelecer a distribuição de kits de higiene e reinstalação de equipes móveis de proteção capazes de identificar e responder a casos de violência, tráfico ou risco de recrutamento forçado (UNHCR Protection Cluster, 2025).

- **Reativar programas de distribuição de cestas básicas e a criação de contratos emergenciais com produtores locais**

Isso reduzirá o tempo de resposta e fortalecerá as economias regionais (WFP, 2025). Juntamente a isso, programas de agricultura comunitária em áreas urbanas poderiam reduzir a insegurança alimentar entre refugiados fora de campos formais.

- **Investir na resiliência de médio prazo de populações deslocadas, especialmente por meio de programas de subsistência e educação.**

A interrupção dos projetos de geração de renda financiados pela USAID agravou a vulnerabilidade socioeconômica de refugiados e deslocados internos, tornando urgente a retomada de iniciativas agrícolas e capacitação profissional. No âmbito educacional, o fechamento de programas impactou severamente crianças e adolescentes em assentamentos e áreas fronteiriças. Para evitar a formação de uma geração sem formação acadêmica, urge o esforço internacional coletivo para restabelecer as escolas e centros de educação que tiveram seus funcionamentos interrompidos diante da retirada do financiamento norte-americano.

8. Conclusão

A análise conduzida ao longo deste trabalho revela a profunda interdependência entre a assistência internacional e a estabilidade de crises humanitárias no Sudeste Asiático. Os casos de Mianmar e Tailândia evidenciaram como, em contextos de deslocamento forçado, pobreza estrutural e violência política, a presença contínua de financiamento e engajamento externo não é um elemento complementar, mas algo essencial para a sobrevivência e a dignidade de milhões de pessoas. A USAID, ao longo de décadas, consolidou-se como um ator central nessas redes, articulando governos, organizações internacionais e instituições locais para implementar respostas rápidas, amplas e eficientes. A abrupta reversão dessa lógica, com os cortes promovidos pela administração Trump em 2025, não apenas desestruturou programas, mas recolocou populações inteiras em situações de vulnerabilidade extrema. O caráter abrupto das medidas piorou a situação, impedindo que os parceiros regionais buscassem opções de financiamento ou reestruturassem sua capacidade operacional. Em Mianmar e Tailândia, países que já enfrentam crises humanitárias duradouras, a perda de grande parte de seu financiamento resultou na redução da cobertura e interrupção de serviços essenciais. A fragilidade institucional de diversas organizações locais, que dependem fortemente dos contratos da USAID, agravou ainda mais a extensão dos prejuízos.

Contudo, mais do que registrar os efeitos negativos, buscou-se demonstrar a importância das estruturas de cooperação e a necessidade urgente de sua reconstrução. A retração norte-americana expôs a assimetria de responsabilidades dentro do regime humanitário internacional, bem como a dependência excessiva de um único doador. Esse cenário indica a necessidade de diversificação, regionalização e fortalecimento das capacidades locais, medidas que não apenas reduziriam impactos futuros, mas também promoveriam maior autonomia e resiliência das comunidades afetadas.

A principal mensagem a ser refletida é que crises humanitárias não podem ser tratadas como variáveis acessórias de agendas políticas domésticas. A assistência internacional constitui, para milhões de pessoas, a linha tênue entre a vida e a morte, entre dignidade e abandono. Por isso, este *policy brief* reafirma a urgência de compromissos multilaterais mais estáveis e de políticas públicas que priorizem o bem-estar das populações vulneráveis. Somente com cooperação consistente, financiamento sustentável e planejamento estruturado será possível reconstruir a rede de proteção fragilizada pelos cortes de Trump em 2025 e garantir que futuras decisões políticas não voltem a colocar em risco vidas já duramente impactadas por conflitos, deslocamento e desigualdade.

9. Referências Bibliográficas

AMNESTY INTERNATIONAL. **Myanmar: Recklessly abrupt US aid stoppage poses existential threat to human rights**. Amnesty International, 21 fev. 2025. Disponível em: <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2025/02/myanmar-recklessly-abrupt-us-aid-stoppage-poses-existential-threat-to-human-rights/>. Acesso em: 10 nov. 2025.

ASIA FOUNDATION. **Humanitarian Financing Disruptions in the Thailand–Myanmar Border Region**. Bangkok: The Asia Foundation, 2025. Disponível em: <https://asiafoundation.org>. Acesso em: 18 nov. 2025.

ASIAN DISASTER PREPAREDNESS CENTER. **Southeast Asia Disaster Management Review 2025**. Bangkok: ADPC, 2025. Disponível em: <https://www.adpc.net>. Acesso em: 20 nov. 2025.

ATLAS INSTITUTE FOR INTERNATIONAL AFFAIRS. **Myanmar: Aid Architecture Under Strain After U.S. Funding Freeze**. Genebra, 2025. Disponível em: <https://www.atlasinstitute.org>. Acesso em: 17 nov. 2025.

AUNG, Su. **Trump's Aid Cuts Could Devastate Myanmar More Than Anyone Expects**. Fulcrum, 2025. Disponível em:

<https://fulcrum.sg/trumps-aid-cuts-could-devastate-myanmar-more-than-anyone-expects>. Acesso em: 16 nov. 2025.

CENTER FOR GLOBAL DEVELOPMENT. **Assessing the 2025 USAID Contract Terminations: Methods, Gaps, and Misconduct.** Washington, D.C., 2025. Disponível em: <https://www.cgdev.org>. Acesso em: 15 nov. 2025.

DEVEX. **U.S. Foreign Aid Cuts Reverberate Across Humanitarian Systems.** Washington, D.C., 2025. Disponível em: <https://www.devex.com>. Acesso em: 19 nov. 2025.

HUMAN RIGHTS WATCH. **“Left to Fend for Themselves”:** Myanmar Refugees and the Collapse of Assistance Funding. Nova Iorque, 2025. Disponível em: <https://www.hrw.org>. Acesso em: 20 nov. 2025.

INTERNATIONAL RESCUE COMMITTEE (IRC). **Myanmar Protection and Emergency Response Update 2025.** Bangkok/Naypyidaw: IRC, 2025. Disponível em: <https://www.rescue.org>. Acesso em: 15 nov. 2025.

LANCASTER, Carol. **Foreign Aid: Diplomacy, Development, Domestic Politics.** Chicago: University of Chicago Press, 2007.

NAING, Shoon. **Earthquake worsens Myanmar's economic decline, World Bank says.** Reuters, 12 jun. 2025. Disponível em: <https://www.reuters.com/markets/asia/earthquake-worsens-myanmars-economic-decline-world-bank-says-2025-06-12>. Acesso em: 09 nov. 2025.

NATIONAL PUBLIC RADIO. **Rubio Announces That 83% of USAID Contracts Will Be Canceled.** Disponível em: <https://www.npr.org/sections/goats-and-soda/2025/03/10/g-s1-52964>. Acesso em: 12 nov. 2025.

OCHA – Office for the Coordination of Humanitarian Affairs. *Myanmar Humanitarian Needs Overview / Situation Reports (2021–2025).* Disponível em: <https://www.unocha.org>. Acesso em: 08, nov. 2025.

RELIEFWEB. **Thailand–Myanmar Border: Humanitarian Access Update 2025**. Genebra, 2025. Disponível em: <https://reliefweb.int>. Acesso em: 18 nov. 2025.

REUTERS. **Aid Freeze Worsens Conditions for Displaced Communities in Myanmar**. Londres, 2025. Disponível em: <https://www.reuters.com>. Acesso em: 15 nov. 2025.

THE BORDER CONSORTIUM (TBC). **Annual and programme reports (2019–2024)**. Disponível em: <https://www.theborderconsortium.org>. Acesso em: 11 nov. 2025.

THE DIPLOMAT. **Myanmar and the Gutting of USAID. 2025**. Disponível em: <https://thediplomat.com/2025/04/myanmar-and-the-gutting-of-usaid/>. Acesso em: 12 nov. 2025.

UNHCR – UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES. **Myanmar: Regional Refugee and IDP Response Update 2025**. Genebra, 2025. Disponível em: <https://www.unhcr.org>. Acesso em: 13 nov. 2025.

UNICEF. **Child Protection Cluster Myanmar – Mid-Year Report 2025**. Nova Iorque/Yangon, 2025. Disponível em: <https://www.unicef.org>. Acesso em: 19 nov. 2025.

UNITED NATIONS OFFICE FOR THE COORDINATION OF HUMANITARIAN AFFAIRS. **Myanmar Humanitarian Snapshot 2025**. Genebra/Nova Iorque, 2025. Disponível em: <https://www.unocha.org>. Acesso em: 14 nov. 2025.

UNITED STATES AGENCY FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT. **Indonesia Climate Resilience Programming Overview 2025 (APIK)**. Jacarta, 2025. Disponível em: <https://www.usaid.gov>. Acesso em: 13 nov. 2025.

WOODS, Kevin. **NATURAL RESOURCE GOVERNANCE REFORM AND THE PEACE PROCESS IN MYANMAR**. Forest Trends, 2019. Disponível em: https://www.forest-trends.org/wp-content/uploads/2019/10/NRG_Peace_Myanmar_Final.pdf. Acesso em: 10 nov. 2025.

WORLD BANK. **Mekong Delta Adaptation and Resilience Project: 2025** Update. Washington, D.C., 2025. Disponível em: <https://www.worldbank.org>. Acesso em: 12 nov. 2025.